

Uma tragédia do tamanho do mar

Categories : [Reportagens](#)

Oceanos sem lei

A discussão sobre o impacto humano nos ambientes marinhos se tornou mais urgente neste ano quando, em fevereiro, um grupo de pesquisadores liderados por Benjamin Halpern, da Universidade de Santa Barbara (EUA), publicou um estudo na Science em que demonstraram que não existem zonas livres da influência humana nos oceanos do planeta. Além disso, mostra a pesquisa, 41% dos mares estão extremamente afetados. “Não estamos falando mais de quanto nós podemos retirar do mar, mas o quanto é possível recuperar a vida nele”, preocupa-se o pesquisador da SZL.

O que está por trás do colapso marítimo é uma quase total falta de regras para a pesca em alto mar e, no caso da pesca costeira, um desrepeito às cotas. A Convenção da Nações Unidas sobre a Lei dos Mares, conhecida com LOSC, assinada em 1982 por diversos países, e apenas parcialmente aplicada. Na verdade, dela só se faz uso do artigo 87, que prevê liberdade para pesca, pesquisas científicas e navegação em alto mar. A indústria pesqueira, observa um conselheiro do Banco Mundial, não quer nem ouvir falar de revisar esta norma. Algo que chega a ser compreensível, levando-se em conta, que um único atum-azul pode alcançar astronômicos 500 mil dólares no mercado de peixes de Tóquio.

Também não chega a surpreender o relatório-denúncia, lançado pelo WWF no Congresso de Barcelona, mostrando como indústrias italianas vêm deliberadamente desrepeitando cotas de pesca de atum no mediterrâneo. Segundo a ONG, os navios pesqueiros excederam em até 5 vezes a cota estabelecida pela União Européia, ou um total de 1653 toneladas. O governo italiano entrou na briga e reclamou dizendo que a cota havia sido apenas marginalmente extrapolada. “Temos evidências que a uma enorme ilegalidade no ramo da pesca, e isso envolve países com Itália e França”, conclui Gordon Shepherd, do WWF Internacional.

Proteção total

A briga desleal entre a indústria pesqueira e as espécies marinhas também fica evidente quando se olha o valor dos subsídios que ela recebe mundialmente. Segundo cálculos do consultor do Banco Mundial David Stones, 50 bilhões de dólares são gastos anualmente em apoios governamentais à atividade pesqueira. O Brasil, como se sabe, deve ajudar em breve a aumentar essa figura com seus planos mal ajambrados de dobrar a pesca na costa brasileira, com o orçamento inflado do excêntrico Ministério da Pesca .

A questão é que a contrapartida em conservação é irrisória. Atualmente, pouco menos de 2% dos mares e oceanos têm algum tipo de área protegida. Apenas 0,8% são de zonas de proteção total, que restringem qualquer tipo de atividade econômica. Jane Lubchenco, que trabalha na Parceria Interdisciplinar para Estudos dos Oceanos Costeiros (PISCO, na sigla inglês) da Universidade de Santa Barbara, defende que apenas reservas marinhas restritas serão úteis na recuperação da biodiversidade marinha. “Isso não é uma idéia de algum artista maluco, há dados que provam isso”, enfatiza.

Os dados a que ela se refere são de um estudo finalizado neste ano, em que pesquisadores da PISCO avaliaram 124 reservas em 29 países e observaram um aumento significativo na recuperação das espécies. Em média, comparando espécies dentro e fora das áreas protegidas, houve um aumento de 446% na biomassa presente nas reservas e as espécies encontradas eram 28% maiores. Este último fator é essencial, pois pesquisas feitas com garoupas mostram que um exemplar de 37 cm gera algo como 150 mil novos indivíduos em vida, enquanto um de 60 cm pode chegar a 1,7 milhão de alevinos.

Veja também

[O mar não está para peixe](#)

Saiba mais

[Estudo de Halpern que mostra influência humana sobre mares](#)

[Avaliação de 124 reservas marinhas em 29 países pela PISCO](#)

[Site do Protect Planet Ocean, onde se pode visitar virtualmente todas as reservas marinhas do planeta.](#)